

Livro e circulação do saber

» JAIME PINSKY
Historiador, professor titular da Unicamp e editor



Um projeto de lei (7913/10) do ex-deputado Bonifácio de Andrade, de Minas Gerais, tramita atualmente no Congresso Nacional. Sua intenção é das melhores: permitir que os clientes de livrarias tenham acesso a todos os livros produzidos no Brasil. O projeto alega, e não sem razão, não ser a livraria um centro comercial comum, já que tem obrigações de caráter cultural. O ex-deputado, no arrazoado, afirma que a Lei 10.753/03, que instituiu a política nacional do livro, edição, difusão e comercialização do livro", mas "não criou mecanismos práticos" para que os autores consigam a circulação das obras. Para o deputado, obrigar as livrarias a ter todos os livros editados no Brasil seria uma forma de promover, da melhor forma, a circulação do saber e da imaginação.

Antes de mais nada, louve-se a boa intenção do ilustre descendente de José Bonifácio. Descarte-se, contudo, seu projeto, por inviável: a facilidade da produção editorial tem feito com que duas ou três dezenas de milhares de livros sejam feitos anualmente, seja pelas casas editoriais, seja por em-

presas produtoras de livros que se fantasiam de editoras, seja por autores que produzem valentemente os próprios livros. Seria impraticável, para as livrarias, mesmo as grandes, ter todos os livros que saem no país. O custo operacional de ter em estoque (seguramente, consignados, as livrarias não comprariam os livros) e controlar, a cada ano, mais de 20 ou 30 mil itens tornaria a vida das lojas um inferno: as pessoas não se dão conta de que livrarias, mesmo as pequenas, costumam ter mais itens do que grandes supermercados (muito mais do que lojas de autopeças, de armários, de qualquer comércio que se imagine) e cada livro tem o próprio número e código de barras a partir do qual é cadastrado. Aumentar infinitamente o número de itens seria loucura.

Há mais. A ideia de ter seu livro em todas as livrarias do país estimularia todos os autores potenciais a escrever. E, em nosso país, lê-se pouco e se escreve muito. Muito e mal, por sinal. O aumento desordenado de livros publicados teria como única vantagem a valorização da profissão de ghost writer, escritor fantasma, aquele que escreve em nome dos outros, mas isso não

seria o suficiente para aumentar o nosso PIB. Imagino a enxurrada de inutilidades que viria: biografias (e até imodestas autobiografias) de desconhecidos, livros de poemas prosaicos, romances piegas, relatos desinteressantes de viagens óbvias, teses rejeitadas por bancas examinadoras, propostas de volta da monarquia, maluquices de todo tipo.

Não estou dizendo que fora das editoras não exista vida inteligente. Por vezes aparecem obras interessantíssimas que o editor não publica por não acreditar no seu potencial. Editores erram. Livreiros também erram ao apostar mais em algumas obras do que em outras. Mas editoras sérias (e há muitas no Brasil) preocupam-se em estimular a produção, selecionar e publicar obras que a sociedade e o mercado desejam. Elas funcionam como filtro para o leitor não ficar soterrado diante de toneladas de papel indevidamente impresso. Um leitor experiente sabe quais selos de editoras são garantia de qualidade, um bom leitor sabe a que livraria se dirigir para encontrar o que busca.

Há outros argumentos contra o projeto, do modo como foi apresentado. Boa parte das livrarias independentes (que não fazem parte de redes) é es-

pecializada, não teria sentido obrigá-las a serem generalistas. As vendas pela internet, tanto pelos sites de livrarias quanto pelos das próprias editoras, atingem locais sem ponto físico de venda de livros e desempenham papel crescente na distribuição de livros. Quem quer acha o que quer (e, às vezes, até o que não quer).

Por seu lado, não concordo com os que consideram o projeto uma bobagem. Tenho certeza de que o ex-deputado estava preocupado com o problema da circulação do saber, apenas não foi feliz na solução encontrada. Manter uma linha contínua de crédito para pequenas livrarias, não algo ocasional, é bom começo para quem se preocupa com elas. Exigir de bibliotecas universitárias uma política de atualização de acervo, não só de compra para justificar o aval do MEC, também pode ajudar. A manutenção e a expansão da política de distribuição de livros para professores é essencial.

Mais ideias? Os livreiros possuem uma associação muito atuante que merece ser ouvida, assim como diretores de redes de livrarias. Alguns editores também poderiam ser chamados. Perguntar a quem sabe é boa forma de obter boas respostas.



As lições do dragão chinês

» MARCOS TROYJO
Diplomata, economista e cientista político, é pesquisador visitante da Universidade Paris V (Sorbonne)

Ao longo da primeira década do século 21, a China vem se consolidando como principal parceiro comercial do Brasil. Durante décadas, esse papel coube aos EUA. Mas, para além dos contratos na área do complexo soja, minério de ferro, outros derivados minerais e petrolíferos, cabe perguntar: qual o mais importante negócio que os brasileiros levam da China? Talvez a resposta seja — uma lição.

Há 30 anos os dois países viviam cenário complexo, em que o Brasil apresentava claras vantagens. Se alguém tivesse de colocar fichas no país que, ao limiar do terceiro milênio passaria a ter um dos três maiores PIBs do mundo em poder de paridade de compra, seguramente as maiores apostas seriam feitas no Brasil. Crescíamos no início dos 70 a taxas em torno de 10% ao ano — o "milagre" brasileiro.

A China vivia o terceiro ano sem a liderança de Mao-Tsetung e o rescaldo da Revolução Cultural. Era ator desimportante do comércio internacional. Mesmo no panorama dos países comunistas, o cisma sino-soviético havia cerceado o perfil exportador chinês. Ambos, Brasil e China, apresentavam, no entanto, uma semelhança fundamental, supe-

rada pela China nos dias de hoje: a ausência de mecanismos internos de geração de poupança.

O Brasil remediara essa situação por meio de empréstimos internacionais ao longo de todo século 20, particularmente no pós-II Guerra. Razões econômicas, mas também geopolíticas, alinharam-se para produzir crédito fácil e barato. Foi apenas natural, portanto, que a poupança importada viesse mediante contratos a juros flutuantes.

Em 1979, há o segundo choque de petróleo. A China restabelece suas relações com os EUA. No ano seguinte, recebe status de nação mais favorecida no comércio com os EUA. O Brasil, a partir de 1981, passou a sofrer com as astronômicas taxas de juros internas norte-americanas.

Mesmo assim, em 1984, o Brasil exportou para os EUA US\$ 7 bilhões; a China, US\$ 3,8 bilhões. Em 2010, o Brasil terá exportado para os EUA algo em torno de US\$ 20 bilhões, enquanto a China ultrapassará US\$ 350 bilhões.

No limite, tradicionalmente há apenas duas maneiras de combater essa enfermidade que é a falta de poupança interna: endividamento público e privado ou a estratégia de acumular saldos comerciais. A pri-

meira implica crédito na praça. A segunda, o sacrifício de uma ou duas gerações, que consomem menos em nome da formação da poupança nacional.

O Brasil tem historicamente aproveitado ciclos de liquidez da economia mundial para endividar-se. A China, por seu turno, optou por política de câmbio depreciado, baixa remuneração comparativa da mão de obra. Logrou ainda, mediante entendimentos políticos iniciados pelo quarteto Nixon/Mao/Kissinger/Chu-Enlai, acesso privilegiado ao mercado dos EUA.

Para os países que escolheram a via do endividamento, os 80 conformaram década perdida, em especial na América Latina. Nos 90, uma década desperdiçada, em que apenas um punhado de países mantiveram déficits comerciais sustentados com os EUA, na exuberância das compras do exterior. O Brasil foi um deles.

O medicamento dos anos 90 tinha no rótulo, grosso modo, o nome Consenso de Washington — liberalização da conta-capital, acesso desimpedido de ativos financeiros à procura de estabilidade cambial com moeda nacional forte e combinada com elevadas taxas internas de juros. Tudo isso endossado pelo

carimbo do FMI. Os que optaram por essa posologia, como Brasil, Argentina e México até o derretimento do peso em dezembro de 1994, cresceram em patamares insuficientes.

Outra estratégia, que combina câmbio competitivo, economia voltada às exportações e atração de leds (investimentos estrangeiros diretos) interessada nessas vantagens para competir em terceiros mercados, levou a China a médias de crescimento sustentado de 10% ao ano. Poderíamos chamar a estratégia, implementada a fórceps, de Consenso de Pequim.

O Consenso de Washington foi feito às abertas — seduziu países que conheceram seus cânones. Já o Consenso de Pequim deu-se de forma reservada, decidida pelos mandarins vermelhos do PC chinês e obedeceu a três tempos: (i) entendimento político, (ii) exportações como motor da economia e (iii) modelo concentrador de renda e poder nas mãos do Estado.

O Brasil precisa evitar a tentação financeira de curto prazo e perseverar na estratégia preferencial de ações de promoção comercial. E multiplicar iniciativas de diplomacia empresarial, aprendendo as lições que nos ensina o dragão chinês.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Etanol fica mais caro

A gasolina com etanol é atração fabricada no Brasil, com técnica da Petrobras. Para a Alemanha é a grande novidade, em se comparando com os combustíveis de outros países. Os jornais locais fazem comentários a respeito. O destaque maior é a segurança e a limpeza contra a poluição. A pureza do ar chega a ter cuidados especiais entre os europeus, que detestam e repudiam qualquer coisa que atinja a limpeza da atmosfera. Há o outro lado. Mostra as vantagens, que fizeram crescer os preços. O assunto é de tal forma aceitável que quem dirige automóveis na Alemanha são os proprietários. Eles sentem o agradável viver da população. O aumento do preço é motivado pelo sentido de gastos na produção do bom produto.

»A frase que não foi pronunciada

"Partidos opostos se unem porque não sabem o que fazer consigo mesmos."

Ulisses Guimarães, de onde estiver, sabendo o fim da novela.

TV

» Atenção ao Projeto de Lei 29/07. Paulo Bornhausen é contra o sistema de cotas de conteúdo nacional e independente. Importante é acompanhar o novo marco legal para as TVs por assinatura. Um dos absurdos é pagar alto preço pela TV a cabo e passar intervalos enormes assistindo a anúncios.

Ipê

» Brasília tem duas fases em que o ipê floresce. O ipê roxo e o amarelo sempre ganham espaço em destaque. Fotografias registram as flores e o tapete colorido formado pelas pétalas em queda. A outra fase é no início do ano quando chegam os impostos. IPTU e IPVA. Piadinha do Macaco Simão.

RIC

» Sai o RG, entra o RIC no dia 17 deste mês. Além do número da identidade e CPF, o documento terá as informações do eleitor, turista e motorista. Brasília está dentro do projeto piloto. Cartas são enviadas aleatoriamente com o convite do Comitê Gestor do RIC. A expectativa é atingir 2 milhões de novas identidades até o fim do ano. Vale o registro de que a ideia que se concretiza é do senador Pedro Simon.

Cara de pau

» Há muita sujeira por trás da Lei do Passe Livre Estudantil. O que não cabe é o governo exigir que as empresas de ônibus passem a arcar com parte do subsídio. Isso é obrigação do Estado. Se foi promessa de campanha para eleição à Câmara Legislativa, que os deputados paguem as passagens com o salário imerecido.

Atenção

» Diagnóstico precoce pode mudar a vida de 40 milhões de brasileiros que sentem dor ciática. Segundo a Sociedade Médica Internacional para

o Estudo da Dor, o problema ocupa o 2º lugar no Brasil. O primeiro é a fibromialgia.

DF

» Estudantes de turismo, gastronomia, hotelaria, comércio, transporte, segurança e saúde inscritos no Olá Turista! podem fazer curso de inglês e espanhol de graça on-line. O projeto é parceria da Fundação Roberto Marinho e Ministério do Turismo. Brasília está fora. Pelo menos é o que se vê no portal.

Razão da proporção

» Segundo Cristovam Buarque, foi o ministro Haddad quem pediu à base aliada que retirasse assinaturas de apoio. Mas o senador avisa que vai insistir na instalação da CPI da Educação. Eler quer entender a equação de mais investimentos diretamente proporcionais ao pífio desenvolvimento da educação no país.

Emana

» Existe na Câmara dos Deputados uma Comissão de Legislação Participativa. Ela foi criada há 10 anos. E comemora ainda timidamente ter sido uma ferramenta importante para a apresentação de propostas de iniciativa popular. Entre projetos de lei e propostas de emenda à Constituição, a comissão acatou 55 sugestões, 31 que se transformaram em propostas aprovadas e 13 tramitam como projetos de lei.

Não cola

» Perto de acabar a festa dos suplentes. Duas emendas à Constituição serão engavetadas na Mesa Diretora da Câmara aguardando a nova legislatura para que o autor, deputado Flávio Dino, volte a defender o assunto. Não há lógica em pagar salários exorbitantes a suplentes que assumem o cargo em curto período. Parece piada que fazem questão de trabalhar até durante o recesso.

» História de Brasília

Os jornais publicam uma carta (que não é pública) do sr. Jânio Quadros, aderindo à candidatura Emílio Carlos. *O Estado de São Paulo* apanhou um manuscrito do presidente, no tempo em que não era, apoiando Prestes Maia, também. O povo está indeciso quanto ao apoio presidencial, mas não está ligando muito porque os candidatos não compensam. (Publicado em 26/3/1961)